



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2008

ACTA Nº 30

Aos dezassete dias do mês de Novembro de dois mil e oito, pelas 21,15 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1 – Derrama – Taxa a aplicar em 2009**
- 2 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2009**
- 3 – Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento da Construção e Apetrechamento da EB1/JI em Val’Flores, Pinhal Novo – Adjudicação**
- 4 – Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Sénior**
- 5 – Projecto de Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela**
- 6 – Projecto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas**
- 7 – Desafectação de parcela de terreno sita em Pinhal Novo para construção de Lar Residencial destinado a jovens portadores de deficiência**

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU
- Sr. António Cardoso do PS
- Sra. Dra. Carla Oliveira do PS
- Sr. Engº. Carlos Alberto Martins do PS
- Sr. Faustino Santos do PS
- Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD
- Sr. Carlos Guinote do BE

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Carlos de Sousa
- Sr. Vereador Octávio Machado

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:

- Sr. Engº. Fernando Nascimento informou, telefonicamente, da impossibilidade de estar presente por doença de um familiar próximo.
- Sr. Carlos Guinote informou, telefonicamente, da impossibilidade de estar presente por motivo de doença.

Solicita aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

Por se tratar de uma sessão extraordinária não haverá lugar à intervenção do público, pelo que passa de imediato ao Período da Ordem do Dia.

1 – Derrama – Taxa a aplicar em 2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir alguns esclarecimentos à proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de sublinhar uma pequena nuance que foi introduzida na proposta e que tem a ver com a redução proposta para as empresas que realizem volume de negócios inferior a cento e cinquenta mil euros, considerando tratar-se de uma forma de discriminar positivamente as empresas mais pequenas do concelho. Conforme se pode verificar na proposta essas empresas pequenas são o grosso das empresas do concelho.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, e aclamação, com 19 votos a favor (14 da CDU, 2 do PS e 3 do PSD). Aprovado em minuta.

2 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Taxa a aplicar em 2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que o imposto em si não traz nada de novo a não ser uma redução de 0,1% em relação à taxa máxima que foi deliberado quer pela Câmara quer pelo Governo.

Em anos anteriores a Câmara Municipal chegou a ser criticada pelo facto de manter a proposta no seu valor máximo. Foi sempre assumido que essa decisão tinha a ver com o facto de não se ter conseguido, até essa altura, recuperar no IMI a valores de 2002 último ano da contribuição autárquica.

Em 2002 houve um valor de sete milhões e trezentos mil euros e só em 2007 se conseguiu atingir e até ultrapassar esse valor. Deste modo considerou-se ser o momento de dar o sinal e fazer esta proposta de ligeira redução.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, gostaria de deixar um pequeno reparo em relação ao que foi dito pela Sra. Presidente. A redução não foi deliberada pela Câmara e pelo Governo, mas sim pelo Governo e sequencialmente pela Câmara, e não ao contrário. Deve haver uma sequência, um raciocínio lógico e um fio de pensamento porque é um assunto controverso e factual.

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Gostaria de centrar a sua intervenção no seguinte: aquilo que hoje irá ser votado é se o IMI irá ou não continuar com a taxa máxima. De facto irá continuar na taxa máxima.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Leu na comunicação social local, aquando da reunião de Câmara, que o executivo tinha proposto baixar o IMI. É certo é que se foi o Governo, ou a Assembleia da República, que o fez e a Câmara vir dizer que o faz, ou não, será exactamente a mesma situação porque iria baixar na mesma. Apesar desta baixa o IMI continua na taxa máxima e neste momento todos sabemos qual é a situação das famílias portuguesas, do endividamento, dos juros bancários, de se estar a pagar um imposto que é daqueles que potencia grandes injustiças.

Em sua opinião se a opção da Câmara era dar um sinal tinha que ter baixo mais um bocado porque para a história o que vale é, que apesar de ter reduzido 0,1%, o Imposto Municipal vai continuar com a taxa máxima. Se a isto se juntar outras injustiças decorrentes, a que a autarquia é completamente alheia, e que têm a ver com má técnica legislativa e falta de actualização de certos pressupostos do impostos. Tratando-se de um imposto que gera muitas injustiças a autarquia tinha tido possibilidade de dar mais um sinal baixando-o mais um pouco.

Tendo em conta o que foi dito, é necessário que isso fique bem claro que para o Partido Social Democrata o IMI continua na taxa máxima não tendo sido a Câmara que o baixou. Deste modo o sentido de voto vai ser contra porque pensam que seria possível dar um sinal mais além. Não se pode criticar sempre o poder central quando o poder local por vezes pode ter uma palavra a dizer.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU, inicia participação nos trabalhos pelas 21,25 horas.

Sr. Presidente da Mesa, não havendo mais intervenções dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz perceber a posição que os Srs. Membros da Assembleia têm sobre o assunto e já esperava esse argumento. É evidente que ninguém pode dizer que a Câmara Municipal tinha tomado a decisão, antes da deliberar, quando foi conhecida a decisão do Governo. É a palavra o executivo contra os factos que entretanto tiveram lugar, ou seja o Governo deliberou dias antes aquilo que a Câmara Municipal de Palmela tinha, entre os vereadores da maioria, decidido.

Para provar o que está a dizer bastará aos Srs. Membros da Assembleia recordarem as discussões havidas em anos anteriores, uma vez que foram várias vezes criticados por isso sendo a resposta sempre a mesma ou seja que seria sempre feito o acompanhamento do comportamento, ou monitorização, do imposto e no dia em que se conseguisse recuperar os valores da contribuição autárquica seria analisada a questão. Foi exactamente isso o que foi feito. A diferença é que se esta deliberação fosse decorrente da posição do Governo não se teria feito nem dito nada ou, ao contrário, ter havido anos anteriores em que o IMI já tivesse tido este comportamento e a Câmara nada tivesse feito e agora porque o Governo tinha reduzido e eram obrigados a acatar então acatavam. Só que isso não é o caso porque há vários anos vêm dizendo que comportamento do imposto tem vindo a ser monitorizado e agora chegou a altura da sua reavaliação.

Quanto ao argumento do Sr. Membro Carlos Vitorino de que a Câmara podia ter feito muito mais mas continua com a taxa máxima de imposto, parece-lhe que os Srs. Membros da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Assembleia se esquecem que não é a Câmara que define o que é o IMI. Se se quiser falar de ajudar as pessoas e de reduzir as taxas e os impostos terão que ser analisadas as formas de cálculo e os pressupostos que estão na sua origem e é aí que se irá beneficiar as pessoas. Em vários momentos constataram que muitos cidadãos estão a ser penalizados porque já estão a pagar valores de IMI mais altos do que pagavam em contribuição autárquica, contudo os cofres da Câmara continuaram a ser penalizados porque o valor global do imposto continuou a ser inferior àquele que tinha acontecido em anos anteriores. Nesta situação só há uma conclusão a tirar, é que os pressupostos do imposto estão errados pelo que se se quiser facilitar e aliviar as pessoas terá que se rever a forma de cálculo que não é determinada pela autarquia. O valor máximo continua a ser oito por cento, o Governo decidiu que este ano seria sete por cento e fiquemos a aguardar o que decide para o próximo ano. A Câmara Municipal mantém o que sempre disse: caso o imposto se mantenha nos valores actuais continuarão a manter-se abaixo dos valores máximos que por lei é de oito por cento.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara diz que lhe basta a sua palavra e que a bancada do PS não duvida da sua honorabilidade quando disse que, em consonância com os vereadores da maioria, antes da decisão governamental tinham decidido baixar o imposto. Mas a verdade é que existem coincidências e em política isso paga-se e tem uma leitura. Neste caso como sua Presidente de Câmara tem que acreditar na sua honorabilidade e acredita só que, politicamente, apareceram depois da decisão governamental o que é um facto.

Sr. Eng^o. Carlos Martins, inicia participação nos trabalhos pelas 21,31 horas.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, refere que a Sra. Presidente sempre disse que haveria uma redução na taxa do IMI quando, e se, a sua liquidação ultrapassasse os níveis em que situava a contribuição autárquica. Lembra-se perfeitamente da Sra. Presidente se ter comprometido quando se superasse o valor de 2002 poder haver outro degrau e de reduzir em relação aos máximos legais.

Deste modo gostaria de perguntar se não seria possível dar um sinal político, um compromisso, no sentido de se a receita do IMI ultrapassar uma determinada percentagem (vinte ou trinta por cento) em relação àquela que era a base de partida em 2002 se pudesse fazer um gesto para com a população do concelho e reduzir a taxa.

Sra. Dra. Carla Oliveira do PS, inicia participação nos trabalhos pelas 21,33 horas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente se quer acrescentar mais algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, diz não defender reduções, que alguns fazem, mas que nada dizem ao cidadão porque as pessoas têm que perceber que há um ponto percentual ou não, se não houver não há redução. No caso concreto desta redução que agora é proposta irá haver uma perda de um vírgula quatro milhões de euros. O valor abaixo é obviamente um valor que estaria



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

completamente aquém do valor atingido em 2002, com a contribuição autárquica, pelo que é inatacável. Se se baixasse mais um ponto percentual haveria uma perda de receita muito significativa.

A Câmara Municipal vai continuar a fazer aquilo que tem feito nos últimos anos ou seja estudar o comportamento do imposto e para o ano se decidirá o que será feito. Tem dúvidas que para o ano o Governo mantenha a taxa deste ano voltando à taxa máxima que é de oito por cento.

Compreende a leitura dos factos mas julga que o que é importante é os cidadãos sentirem objectivamente que irão ter uma ligeira redução nos seus encargos e quanto à sucessão de factos será sempre uma coincidência mas o inverso nunca seria possível. Nunca seria possível o Governo baixar os impostos por decisão da Câmara Municipal de Palmela. Se isto acontece só poderá ser uma coincidência ou então uma imposição, mas como confiam na sua palavra e acreditam naquilo que disse tratou-se de facto duma coincidência.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 19 votos a favor (15 da CDU e 4 do PS) e 3 votos contra do PSD. Aprovado em minuta.

3 – Empréstimo bancário de longo prazo para financiamento da construção e Apetrechamento da EB1/JI em Val'Flores, Pinhal Novo – Adjudicação

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento uma vez que a proposta é clara.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz não ter objecções à proposta mas tem uma pergunta a fazer. Gostaria de saber qual o valor total previsto para a obra da escola de Val'Flores e qual o número de salas de aula para poder ter uma ideia relativamente à comparticipação do QREN face à comparticipação da Câmara.

Sra. Presidente da Câmara, responde dizendo que o valor total da empreitada são dois milhões setecentos e cinquenta mil euros, a comparticipação do QREN é de oitocentos e cinquenta mil euros o que significa que o encargo da Câmara Municipal ronda um milhão e novecentos e cinquenta mil euros. A escola terá vinte e duas salas, dezasseis do 1º. Ciclo e seis de pré-escolar.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta ao Plenário se há mais questões a colocar.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, dirigindo-se à Sra. Presidente da Câmara diz que a sua honorabilidade nunca é posta em causa mas sim as suas opções políticas.

Em relação à presente proposta diz que já correu muita água sobre esta matéria e todos já conhecem qual é a posição do Partido Socialista. Os Srs. Vereadores do Partido Socialista fizeram uma declaração de voto sobre a matéria onde se abstiveram na votação para não atrasar a obra já há muito prometida e nunca mais feita. Tem havido sempre soluções adiadas, de ano para ano, e finalmente irão assumir a promessa sempre feita às populações. O PS não está de acordo com a gestão do executivo, com o volume de endividamento que isto representa, a forma como foi feito e daí o sentido de voto na Câmara Municipal.

Na Assembleia Municipal são um pouco como D.João V, as coisas já vêm feitas já são assim mas não se podem abster do papel de questionar politicamente. Sabem que não são maioritários, isto é o “jogo” da democracia mas não é por esse facto que não deixam de se empenhar no debate, na luta política, pelo enriquecimento da democracia e nos superiores interesses do concelho em particular porque só assim entendem a presença neste órgão.

Deste modo não podem votar matérias deste tipo sem aduzir os princípios orientadores e aquilo que entendem como gestão para o concelho.

Tudo isto vem a propósito de um artigo do Sr. Vereador José Carlos de Sousa, publicado num jornal local, muito sentido entre os Membros do Partido Socialista e que de uma forma lógica e irrefutável aduz a posição do Partido Socialista de Palmela sobre a gestão da CDU. De imediato efectuará a sua leitura à laia de declaração de voto e para memória futura.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta ao Sr. Dr. Miranda Lemos se vai ler o artigo todo.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que sim uma vez que se trata de uma declaração de voto.

De imediato pergunta ao Sr. Presidente da Mesa se lhe quer retirar a palavra.

Sr. Presidente da Mesa, diz que não quer retirar a palavra simplesmente lhe fez uma pergunta, apesar de achar que é um despropósito a leitura integral do artigo.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa diz que lhe pode parecer um despropósito e está nesse direito como também está no direito de lhe tirar a palavra.

Sr. Presidente da Mesa, diz que efectivamente tem esse direito mas não o irá fazer pelo que solicita que continue a sua intervenção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que o artigo se intitula “A Herança”.

“E vão mais dois milhões de Euros! Dois milhões a juntarmos aos outros catorze que neste mandato já tinham sido pedidos emprestados, à banca. Passam a 16 milhões de euros o valor do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

pagamento das promessas eleitorais. Tudo empréstimos bancários de longa duração. Tudo neste mandato. Enfim, quem vier a seguir que feche a porta, diz o ditado popular. Uma coisa é certo este desiderato de fazer obra com dinheiro que o município não gera, não produz e não cria, não augura nada de bom, para o futuro do concelho de Palmela.

Fruto de uma candidatura da Câmara Municipal de Palmela ao QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional), virão para Palmela cerca de um milhão e meio de euros, para ajudar a edificar uma escola de 1º ciclo com jardim-de-infância (Vale Flores) e a recuperar outra (Escola Básica de 1º ciclo nº 2 na rua Salgueiro Maia), ambas em Pinhal Novo.

Bem, mas voltemos ao mais importante a câmara, que sempre andou muito arredada destas verbas comunitárias, concorreu, venceu e ainda bem. A escola de Vale Flores que estava prevista para se iniciar em 2009, fazer em 2010 e acabar de pagar em 2011 é antecipada fruto desta verba do QREN. Graças a este dinheiro, a Câmara foi obrigada a começar um ano mais cedo a obra. O que se conclui é que a câmara continua a ter projectos em plano de actividades, para outros anos e não tem dinheiro para eles. Então, lá tivemos de ir pedir mais dois milhões de euros para fazer a escola. Esta teve no lançamento do concurso um preço base de pouco mais de dois milhões de euros, e que recebe do QREN, oitocentos e cinquenta mil euros. Acabou por concorrer um único interessado mas, que fará a obra por mais meio milhão de euros do que o preço base.

O que é facto é que durante 15 anos teremos de pagar este investimento. Daqui a 15 anos quando as manutenções começarem a surgir com maior frequência e quando outros projectos, também urgentes forem necessários, reflectir-se-á a incapacidade de contrair outros empréstimos.

Trata-se de um conceito de gestão, legal mas pouco adaptável, pouco ajustável e principalmente comprometedor para todo o município. Continuamos, contudo, a não perceber porque razão se descobriu agora as entidades bancárias. Há mais de 30 anos que o PCP está no poder. Passamos de uma capacidade de endividamento comprometida em 16% em 2008, para uma capacidade de endividamento comprometida de mais de 71% em 2009. A Herança deste executivo ficará para sempre de forma inolvidável marcada nas páginas da história da Câmara de Palmela...A avaliação fará o Muncipe!"

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais alguém pretende intervir.

Sra. Presidente da Câmara, diz que a intervenção feita na Câmara pelo Sr. Vereador José Carlos de Sousa foi ligeiramente diferente da que acabou de ser lida. Esta intervenção foi feita nos jornais e respondeu à Câmara nos jornais.

Sobre a declaração de voto do Partido Socialista, em primeiro lugar pensa que não terão feito as contas correctamente para dizerem que daqui a quinze anos não haverá capacidade de recurso ao crédito. Isso só acontecerá se houver mais uma daquelas mudanças avulso, que agora são "useiras e vezeiras", que venham a alterar novamente as regras com que se lida e venham a impor novos limites à capacidade de endividamento dos municípios.

As contas foram feitas e o resultado obtido é que se atingirá em 2009 o máximo da capacidade de endividamento que será recuperada novamente em 2010 porque entretanto terminam empréstimos mais antigos que ainda tinham algum peso. Irá manter-se algum esforço



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

financeiro mas a partir de 2012 voltará a ser possível contrair novos empréstimos, tal como já permite actualmente porque a capacidade de endividamento não está esgotada. Mantém-se a capacidade técnica e legal de endividamento e mantém-se a capacidade financeira para socorrer de novos empréstimos o que também está previsto para os próximos anos.

Podem achar que é retórica da sua parte mas é sua convicção que irão continuar a gerir a Câmara durante muitos mais anos, pelo que não seria inteligente nem iriam correr o risco de criar uma dificuldade à Câmara daqui por quatro anos. Uma vez que tem a responsabilidade de gerir também tem a responsabilidade de planear.

Quanto aos argumentos da declaração de voto não é possível, nem é realista, nem credível dizer que o executivo programa obras para anos à frente para as quais não tem dinheiro. Como existe a obrigatoriedade de fazer planos plurianuais de investimento programa-se a quatro anos e a verba está lá para os anos seguintes.

O que foi feito nesta situação específica, por se ter conseguido financiamento, foi antecipar uma obra que nunca foi uma obra adiada. Pensa que o Sr. Membro Miranda Lemos deverá estar a fazer confusão com outra obra uma vez que a obra dum escola com esta dimensão é a primeira vez que surge em qualquer Plano de Actividades ou PPI da Câmara Municipal de Palmela. Admite que esteja a fazer confusão com a escola Salgueiro Maia onde realmente houve algum atraso na conclusão desta obra.

Quanto aos recursos que se estão a comprometer diz que se estão a fazer obras e a contratar empréstimos para fazer investimentos. Não se estão a contratar empréstimos nem para pagar outros tipos de despesas, como encargos de funcionamento ou outros, nem para pagar factoring que é uma coisa que já se faz hoje em várias autarquias.

A Câmara Municipal continua com uma receita própria claramente debilitada mas numa situação económica e financeira em sua opinião absolutamente estável e confortável. Por tudo o que foi feito anteriormente não existe nenhuma dúvida em relação ao que se está a propor com a decisão de contratar um novo empréstimo.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz ter muito apreço pelas palavras da Sra. Presidente mas há algo que o preocupa na política e na “coisa pública” que é o acertar e fazer coincidir a factualidade com a argumentação. É esse desfocar, entre o que se argumenta e o factual, que o preocupa na gestão da CDU porque de facto não ajusta.

Para ser coerente naquilo que vai dizer promete que muito brevemente numa sessão da Assembleia Municipal irá trazer a listagem exaustiva e factual das promessas eleitorais da CDU, das promessas enquanto edilidade que há trinta anos se perpetua no poder autárquico com o voto perfeitamente legítimo da democracia, tão legítimo como a contestação feita pelo Partido Socialista.

Nessa ocasião a bancada do Partido Socialista terá muito prazer em apresentar a factualidade desse desfazamento entre a argumentação e aquilo que fazem, entre aquilo que prometem e aquilo que implementam. Termina dizendo que a isso se chama falar verdade.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se há mais alguma intervenção.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sra. Presidente da Câmara, pedindo desculpa, mas uma vez que pensa estarem a falar da mesma ordem de argumentos, gostaria de responder ao Sr. Membro da Assembleia com factualidade.

Em sua opinião o que provavelmente incomoda é que têm estado a fazer em cada ano uma escola nova. Talvez os factos que recorda esqueçam por outro lado os factos que o executivo contrapõe no domínio da educação. Existem escolas novas em Aires, Quinta do Anjo, Brejos do Assa, Cajados, Poceirão ou seja em todas as freguesias. São obras que foram prometidas às populações uma vez que têm percebido o desenvolvimento das localidades e das exigências no domínio da educação e por esse facto têm adequado imediatamente os investimentos a essas exigências. Isso são factos apesar do Sr. Membro poder achar que se continua a não cumprir em algumas áreas, dirá mesmo em não se conseguir cumprir em todas as áreas com aquilo que consideram justo e necessário para o concelho, mas uma coisa é certa é que cumprem com a obrigação.

Da mesma maneira poderia dizer que aquilo que é responsabilidade da administração central no concelho nunca mais é cumprido. Os célebres pavilhões das escolas secundárias nunca mais são cumpridos, ou o da escola 2/3 Poceirão que acabou de ser feita, ou as outras intervenções tão reivindicadas. Neste momento tem uma ligeira divergência em matéria de intenções e factualidade com o Ministério da Administração Interna. A retórica foi no sentido de desafiar a Câmara Municipal a apresentar uma solução que permitisse ao Ministério construir o novo quartel da GNR. Os factos foram a Câmara Municipal ter que rapidamente adquirir um terreno, que já existe, o protocolo foi assinado mas no PIDACC veio zero para o quartel da GNR de Palmela. Pergunta se é ou não um concelho problemático do ponto de vista da segurança, de acordo com as próprias forças de segurança, é ou não é uma prioridade de investimento. Espera vir a ver o resultado deste esforço que foi feito uma vez que neste momento mantém um diálogo mais “teso” com o Ministério do que no momento em que o protocolo foi assinado, mas este é um exemplo de retórica e de factualidade.

Sr. Carlos Vitorino do PSD, diz que as preocupações que foram apresentadas pelo Sr. Membro Miranda Lemos em relação ao endividamento são também as preocupações do PSD. Aliás é uma preocupação não só em relação ao concelho de Palmela mas também ao país, com o exemplo das “scuts” em que se faz hoje e paga-se qualquer dia no futuro.

É evidente que o recorrer ao endividamento tem que ser sempre uma opção muito ponderada. De facto há situações em que custa aprovar empréstimos, apesar de já o terem feito, porque pensam que as obras são necessárias. Confessa que lhes custou aprovar um empréstimo para se fazer o mercado municipal de Pinhal Novo uma vez que tinha sido uma obra que já tinha sido feita, durou poucos anos, foi abaixo e fez-se de novo. Estas situações custam. Neste caso concreto está-se perante uma oportunidade que é aproveitar as verbas do QREN com antecipação de uma obra. Embora tenham as preocupações resultantes dum endividamento que começa a ser algo elevado acham que os interesses, neste caso das crianças, estão acima e por isso o Partido Social Democrata irá votar favoravelmente a proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que não se regozija com as coisas que vão mal no país. O país é dos portugueses e ninguém é dono do país.

Os Membros do Partido Socialista diferem claramente dos Membros do Partido Comunista Português porque se interrogam abertamente, muitas vezes na praça pública, sobre as políticas governamentais. Neste momento é público e notório as interrogações que têm em relação a áreas governamentais, mas têm uma prática democrática aberta assumindo-se como um partido plural com várias tendências com um fio condutor da solidariedade, da verdade e de defender a coisa pública. Não temem esconder-se, existem dirigentes nacionais que contestam fortemente a política governamental e não é por isso que deixam de ser socialistas.

Transpondo para o seu nível concelhio de cidadão, porque está neste órgão por um acto de cidadania e não por mais nada, não se regozija com a política do executivo quando ela não é conducente às melhores soluções. Garante à Sra. Presidente que se regozija com as pequenas coisas que conseguem fazer bem e que actuação do Partido Socialista neste órgão é pelo concelho e não contra o Partido Comunista.

Termina dizendo que quando o Partido Comunista conseguir compreender isso talvez se tenha um partido, quando conseguir ouvir o Partido Socialista e incorporar as melhores soluções, quando conseguir compreender como é a democracia feita desta forma talvez tenhamos um concelho muito melhor.

Sra. Presidente da Câmara, pergunta ao Sr. Dr. Miranda Lemos porque é faz essa declaração de voto uma vez que não tem nada a ver com o regozijar-se com os investimentos.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que não se trata de uma declaração de voto.

Sra. Presidente da Câmara, diz que o Dr. Miranda Lemos assumiu como declaração de voto pelo que será melhor rever a gravação.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por maioria, com 18 votos a favor (15 da CDU e 3 do PSD) e 4 abstenções do PS. Aprovado em minuta.

4 – Alteração ao Regulamento do Cartão Municipal Sénior

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimento.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, gostaria de referir que a presente proposta relativa ao Cartão Sénior é de grande alcance embora se trate duma medida que terá que ser equacionada juntamente com outras num quadro duma política municipal articulada para os seniores ou seja para terceira idade.

O eixo fundamental desta política municipal deve ser basicamente no sentido de procurar manter, o mais tempo possível, os seniores, os idosos, como pessoas independentes com qualidade de vida impedindo a sua exclusão sendo que essa exclusão pode ser vista em variadíssimos aspectos: a exclusão social e familiar, a exclusão cultural, a exclusão no acesso a produtos financeiros, a exclusão da participação cívica que é muito importante. Essa política municipal passa por vários aspectos que são importantes e em sua opinião um deles é o Cartão Sénior.

O grupo do Partido Social Democrata em Junho de 2007 fez uma proposta que, na sua substancia, está considerada nesta decisão do executivo que quer louvar e reconhecer que é um importante passo em frente.

Até agora este cartão tinha muito pouco impacto estando apenas distribuídos cinquenta e um cartões em Palmela. Em sua opinião com a diversificação dos escalões e com a existência de um cartão sénior sem estar sujeito a condição do rendimento “per capita” da família onde o idoso está inserido ser inferior a um determinado valor, pensão mínima ou ordenado mínimo, é algo que pode dar muito mais força ao cartão sobretudo no aspecto das oportunidades de acesso à cultura e ao lazer.

Acha necessário fazer com que as pessoas idosas tenham um papel reconhecido nas comunidades onde se inserem e depois criar condições para que elas tenham segurança, nomeadamente à vulnerabilidade ao crime, o acesso a serviços como a Internet que tem a ver com o direito à informação, um aspecto importante a ter em conta, o direito a um bom transporte em condições. Estas medidas não fazendo parte do Cartão Sénior entroncam com o mesmo e fazem parte duma política global de apoio à terceira idade.

Existe um outro aspecto que, pensa que a Câmara tenha jamais pegado nele, tem a ver com a ideia de que para que os seniores possam manter-se vivos, actuates, independentes, reconhecidos como construtores de opinião seja importante dar-lhes uma aprendizagem e formação ao longo da vida. Isto é muito esquecido quer a nível nacional quer a nível municipal e é algo extraordinariamente importante. O acesso à informação anteriormente referida e o acesso à aprendizagem e formação ao longo da vida é algo de absolutamente decisivo.

Talvez valesse a pena a Câmara Municipal constituir uma espécie de observatório da condição dos idosos do concelho sem custos adicionais uma vez que os serviços de natureza social que tratam dos idosos, e promovem várias actuações anualmente, poderão fazer uma espécie de observação sobre a condição dos mesmos procurando detectar as situações e necessidades mais prementes e até eventualmente as medidas que deveriam ser tomadas para responder a essas necessidades.

Para terminar refere que o grupo do PSD regozija-se com esta deliberação do executivo, e da maioria CDU, tendo apenas uma pequena questão a colocar. O ponto 5 do regulamento refere que os documentos solicitados no ponto 4 poderão ser substituídos por declaração de honra dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

interessados em situações devidamente justificadas. Gostaria de ser esclarecido uma vez que não percebe quais são as situações justificadas.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se mais algum Membro pretende intervir. Não havendo mais intervenções dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para esclarecimentos.

Sra. Presidente da Câmara, diz que esta questão específica se justifica pelo facto de haver idosos que, não tendo rendimentos, estão isentos da apresentação da declaração do IRS.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, pergunta se essas pessoas não terão que ter alguma documentação em que diga que estão isentos da apresentação da declaração do IRS.

Sra. Presidente da Câmara, diz que simplesmente não entregam declaração.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, diz não acreditar que a administração tributária não fiscalize essas situações.

Sra. Presidente da Câmara, refere que neste caso concreto a Câmara Municipal propõe-se a não fazer mais do que administração fiscal faz. Se é possível as pessoas viverem e funcionarem normalmente sem a declaração não a exigem, bastando fazerem a declaração de honra em como estão isentos.

Quanto à questão do projecto propriamente dito pensa estarem de acordo uma vez que a introdução do escalonamento quanto às regalias destina-se a fazer com que haja algum estímulo naquilo que tem a ver com o comércio, as práticas culturais e todas as outras por parte dos idosos que não tendo necessidades específicas de ordem material não precisam das reduções. Contudo existe um estímulo não só em relação à vida activa e à sua condição enquanto consumidores como também em relação ao conjunto dos comércios locais que aderem à iniciativa e que por essa via têm pessoas que beneficiam de um cartão com descontos.

Em relação às outras questões concorda genericamente sem ser pela forma de observatório, apesar de achar uma ideia interessante, uma vez que vão conhecendo e acompanhando a realidade dos idosos.

Hoje em dia uma das coisas mais importantes em que a autarquia tem vindo a apostar têm sido programas que procuram estimular as pessoas para uma vida mais activa até seguindo princípios e preocupações que estão relacionadas com as questões da saúde e do isolamento. Mesmo aquelas coisas que às vezes podem parecer mais simples e que se destinam ao convívio, bailes, chás dançantes e outras iniciativas, têm a preocupação de quebrar barreiras de solidão que possam existir. Existem ainda as actividades destinadas ao movimento, como é o caso do Programa + 60 que se destina a estimular a actividade física das pessoas idosas, proporcionando actividades menos habituais nas suas vidas como é o caso de alguns dos idosos entrarem pela primeira vez numa piscina. Em relação à informática já há alguns anos, em conjunto com as bibliotecas municipais, é feito um programa de iniciação à informática. Foi também feita formação específica no âmbito da segurança, com o apoio das forças de segurança, para iniciar e incitar



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

atitudes de defesa e protecção. Todas estas actividades são feitas em parceria com as associações de idosos do concelho e é por essa via que a autarquia tem conhecimento das situações e desenvolve projectos concretos.

Aproveita para dizer que continuam a sentir nos idosos espaço para a realização de outras actividades e que é justamente com eles e com as instituições que irão caminhando e fazendo as propostas de intervenção nesta área. Estão em estudo novos projectos de trabalho com este segmento da população até porque ele é cada vez mais numeroso e as pessoas ficaram aposentadas muito novas e com uma vida menos activa muito cedo pelo que é necessário ocupá-las, quer do ponto de vista físico quer intelectual. A partir de agora as pessoas irão aposentar-se cada vez com mais idade e provavelmente para essas o tipo de programas que irão precisar serão outros.

Termina dizendo que se trata de um sector e dum público com o qual continuam a preocupar-se e a procurar novos projectos e novas iniciativas.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do PSD). Aprovado em minuta.

5 – Projecto de Regulamento do Programa de Financiamento Municipal de Obras de Conservação em Imóveis localizados na Área de Intervenção do Gabinete de Recuperação do Centro Histórico da Vila de Palmela

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, julga estar claro que a proposta visa apenas adequar a área definida como área do Centro Histórico de Palmela com a área de influência do Gabinete do Centro Histórico. Neste caso passará a vigorar a área de influência do Gabinete que é ligeiramente mais alargada que a área do Centro Histórico.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, apoia o alargamento da área do Centro Histórico porque existe uma definição jurídica do mesmo que já levou em tempos a alguns problemas pelo que é importante que se defina juridicamente a área de intervenção com algumas ruas que não estavam na definição do anterior núcleo histórico.

Em sua opinião os mecanismos de apoio financeiro às obras de reconstrução do Centro Histórico são um mecanismo chave para se começar a recuperar paulatinamente esta zona. O



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

coração deste processo é haver um mecanismo financeiro que permita aos donos terem outras participações para poderem levar a cabo as obras.

Gostaria de fazer duas observações, uma é que o limite máximo do apoio financeiro estabelecido em cinco mil euros ou sete mil euros se houver mudança de caixilharias é muito baixo. Mesmo contando com a participação dos donos estas obras de reabilitação são caríssimas custando por metro quadrado o dobro do que custa uma obra nova, sendo uma das razões lamentáveis para que no nosso país em vez de se reabilitar se construa sem parar hipotecando o território. Essa verba não é suficiente para estimular as pessoas a fazerem obras que são absolutamente necessárias, que são boas para as pessoas mas sobretudo são boas para Palmela e para o turismo.

Pergunta se não haverá hipótese dos programas da administração central terem também uma participação municipal o que alavanca a possibilidade de se recuperar o Centro Histórico. Não sabe se é legalmente possível ou se este problema poderá ser estudado.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, diz que o Partido Socialista sempre teve alguns constrangimentos em intervir nesta questão uma vez que é parte interessada, como é do conhecimento geral, em virtude do edifício histórico que é a sua sede, e de que é proprietário, estar em manifesta degradação. Tudo o que aqui se possa aduzir é falar em causa própria em sede de Assembleia Municipal.

A intervenção do Sr. Membro Bracinha Vieira é muito sentida pela bancada do PS mas não irão intervir vivamente porque estão em causa própria e por isso tem que haver alguma ética e estética neste tipo de intervenções. Qualquer mecanismo que seja introduzido para a zona é sempre bem-vindo.

Se o Partido Socialista não tivesse aquele edifício concerteza que todos os mecanismos conducentes à recuperação, até mesmo com o Governo central, teriam quer ser bem discutidos por ser uma zona que não pode desaparecer por ser um legado. O facto é que está a desaparecer apesar de compreender que a Câmara tem feito aquilo que está ao seu alcance, muitas vezes simbolicamente, dando sinais que são importantes mas que não são suficientes.

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do PSD). Aprovado em minuta.

6 – Projecto de Regulamento do Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais Urbanas

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do PSD).
Aprovado em minuta.

7 – Desafecção de parcela de terreno sita em Pinhal Novo para construção de Lar Residencial destinado a jovens portadores de deficiência

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir algum esclarecimento complementar à proposta.

Sra. Presidente da Câmara, diz que aguarda pedidos de esclarecimentos.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum Membro pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 22 votos a favor (15 da CDU, 4 do PS e 3 do PSD).
Aprovado em minuta

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 22,30 horas do dia 17 de Novembro de 2008, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 17 de Novembro de 2008